



CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO SOCIAL
MARINELSA NUNES DE SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
MARACANAÚ: VELHO DIÁLOGO E NOVAS PRÁTICAS**

FORTALEZA

2021

MARINELSA NUNES DE SOUSA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE
MARACANAÚ: VELHO DIÁLOGO E NOVAS PRÁTICAS**

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Social do Centro Universitário Fametro (Unifametro) como requisito para obtenção do grau de Especialista.

Orientação: Prof.^a Ms.Leiriane de Araújo
Silva

FORTALEZA-CE

2021

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MPS	Movimento de Promoção Social
NOB-SUAS	Normas Operacionais Básicas
NOB-SUAS/RH	Normas Operacionais Básicas de Recursos Humanos
PAIF	Programa de Atendimento Integral às Famílias
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SASC	Secretaria de Assistência Social e Cidadania
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1	PERGUNTA DE PARTIDA	4
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral.....	4
2.2	Objetivos específicos.....	4
3	PROBLEMATIZAÇÃO	4
4	JUSTIFICATIVA	9
5	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	10
6	REFERENCIAL TEÓRICO	12
7	REFERÊNCIAS	27

EDUCAÇÃO POPULAR E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MARACANAÚ: VELHO DIÁLOGO E NOVAS PRÁTICAS

1.PERGUNTA DE PARTIDA: Como a educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias realizado no âmbito do SUAS do município de Maracanaú?

2.OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral: Identificar como a educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias no âmbito do SUAS a partir da experiência do município de Maracanaú.

2.2 Objetivos específicos

- Descrever o método de educação popular;
- Analisar a Política de Assistência Social, com ênfase no trabalho social com famílias;
- Identificar a partir da visão dos profissionais de Maracanaú como o método da educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias.

3 PROBLEMATIZAÇÃO

O Brasil se constitui numa nação marcada pela desigualdade social, sendo esta problemática oriunda de peculiaridades históricas que permeiam o desenvolvimento econômico, político e social do país até a contemporaneidade. De acordo com dados divulgados em agosto de 2019 pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) no estudo “A escalada da desigualdade”, realizado com base na PNAD contínua (Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios) do IBGE, a desigualdade vem crescendo há cinco anos consecutivos e o índice

de Gini que mede a diferença de renda, aumentou de 0,6003 no último trimestre de 2014, para 0,6291 no segundo trimestre de 2019. Quanto mais perto de 1 maior a desigualdade.

Desse modo e levando em consideração que essa problemática não se restringe aos dias atuais, sempre foi necessário o investimento do Estado brasileiro em políticas públicas direcionadas ao enfrentamento das desigualdades e que pudessem garantir o acesso aos direitos para todos os cidadãos. Com base nesse propósito e a partir da luta incessante de milhares de trabalhadores e movimentos sociais, que em 1988 a nova Constituição Federal ancorada nos princípios de igualdade, liberdade e justiça social institui o nosso modelo de proteção social, o qual se fundamenta num tripé formado pela política de previdência social, de saúde e de assistência, inaugurando um período de avanços no campo dos direitos sociais e da cidadania.

Destacando a política de assistência social, a qual é objeto de discussão neste estudo, no período anterior à Constituição, esta que consistia em atividades pontuais de cunho caritativo e filantrópico, passa a figurar como uma política pública não contributiva e definida para quem dela necessitar. Posterior a Constituição, em 1993 a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) delineia um novo aparato legal e institucional para a Assistência Social. Em 2004 a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) vem para materializar as diretrizes contidas na LOAS e implementar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o qual passa a organizar a política no ano seguinte.

De acordo com a PNAS, a proteção social deve garantir as seguranças de sobrevivência; de acolhida; de convívio ou vivência familiar. As proteções afiançadas se dividem em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) e devem atender a cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos. A partir do que está posto no Guia de orientações do PAIF vol.1, a vulnerabilidade é entendida como algo complexo e multifacetado, que não é sinônimo de pobreza, mas que pode agravá-la e se esta não for enfrentada ou prevenida, pode vir a se tornar uma situação de risco (BRASIL,2012). Portanto, a vulnerabilidade e o risco social segundo a PNAS:

[...]podem decorrer da pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência, 13 entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado. (2004,p.33)

No âmbito da proteção social básica, a qual será aprofundada nesse estudo, o objetivo a ser executado é a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Seus serviços são executados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), os quais tratam-se de unidades públicas estatais que se localizam em territórios de vulnerabilidade social.

O CRAS tem como principal serviço, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às famílias (PAIF), além do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. De acordo com a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, aprovada conforme a resolução nº 109 de novembro de 2009, o PAIF:

Consiste no trabalho social com famílias de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias e prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. (2014,p.12)

Nesse contexto, a família em suas diversas configurações é concebida na política de Assistência como elemento central de suas ações, haja vista que é visualizada como mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. **E**, de acordo com Miotto, 2010, p.168, esta “tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais políticos e econômicos.” Posto isso, o trabalho social com famílias requer ações que estejam pautadas nesse entendimento, buscando “identificar as fontes de dificuldades familiares, as suas possibilidades de mudanças e os recursos necessários para que as famílias consigam articular respostas compatíveis com uma melhor qualidade de vida” (MIOTTO, 2010, p.173). Assim, conforme aponta o Guia de Orientações do PAIF em seu vol. 2, o trabalho social com famílias é compreendido como:

Conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de contribuir para a convivência, para o reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do seu reconhecimento como sujeito de direitos.(BRASIL,2012,p.11)

Contudo, como executar esse trabalho e efetivar a Política de Assistência em sua totalidade numa conjuntura de desmonte de direitos? Isso porque, vivenciamos um momento político, econômico e social que delinea traços problemáticos advindos do estabelecimento

de uma ofensiva ultra neoliberal¹, que promove um desmonte dos direitos sociais duramente conquistados, num contexto de contrarreformas. Desse modo, o Estado se alia aos interesses do mercado priorizando a acumulação do capital em detrimento da minimização dos investimentos nas políticas sociais, conforme aponta Wacquant (2012, p.508) ao afirmar que: “A virada para o neoliberalismo envolve a combinação triádica de desregulamentação, privatização e retirada do Estado de muitas áreas de atuação”.

Inserida nesse contexto de cortes no investimento Estatal, a Política de Assistência Social sofre uma intensa precarização dos seus serviços, bem como uma ameaça constante à sua própria existência. O cotidiano de desfinanciamento da política, agudizado pela Emenda Constitucional 95 promulgada em 2016, a qual congela por 20 anos os gastos públicos, atacando o financiamento público das políticas sociais,² obriga os trabalhadores e gestores da mesma a buscarem estratégias para o seu fortalecimento, implementação e efetivação, na esperança de driblar as dificuldades impostas e a resistir na luta pela garantia dos direitos dos cidadãos. Foi nessa perspectiva que em abril de 2019, a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Maracanaú promoveu a capacitação “Educação Popular: diálogo e incursões na Assistência Social”, da qual eu participei, enquanto trabalhadora do SUAS do município.

Essa capacitação visou uma aproximação da Política de Assistência Social com a Educação popular, no sentido de possibilitar o desenvolvimento de novas estratégias metodológicas de trabalho e iniciar um diálogo com essa perspectiva, já bastante utilizada na política de saúde.

É com base no contexto exposto e tendo em vista que o conteúdo metodológico da capacitação citada; foi reproduzido na prática dos profissionais no âmbito do trabalho social com famílias em Maracanaú, que surge a pergunta que será o fio condutor dessa discussão: Como a educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias realizado no âmbito do SUAS do município de Maracanaú? Partindo dessa indagação, o objetivo geral da pesquisa se constitui em: Identificar como a educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias no âmbito do SUAS, a partir da experiência do município de Maracanaú.

¹Esse período se acentua a partir do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef em 2016, culminando com a eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018. Sendo ele um membro da extrema direita, conservador e defensor do Estado mínimo para o social e máximo para o mercado, vivenciamos um contexto de desmonte de direitos.

² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/>

Com o intuito de desvelar as respostas da pesquisa em questão, contemplarei nos objetivos específicos a descrição do método de educação popular, a análise da Política de Assistência Social, com ênfase no trabalho social com famílias e a identificação a partir da visão dos profissionais de Maracanaú de como o método da educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias. Serão abordadas as categorias: Política de Assistência Social subsidiada por Mestriner (2001), Sposati (2003) e Barbosa (2016); Trabalho social com famílias, fundamentada por Mioto (2010), Guimarães e Almeida (2008), Teixeira (2009) e Madeira (2013); e Educação popular amparada por Gadotti (2012), Maciel (2011), Freire (1987) e (1996) e Brandão (1991).

No que concerne ao campo de pesquisa, cabe descrever que o município de Maracanaú está situado na região metropolitana de Fortaleza, distante 22 km da capital. É considerado um município de grande porte, e conforme dados atualizados do IBGE, possui uma população de 227.886 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,686, considerado nível médio³.

É nesse cenário de desigualdade social que a Política de Assistência Social de Maracanaú se desenvolve e referencia, de acordo com dados do Diagnóstico socioterritorial de 2017, 39.493 pessoas inscritas no Cadastro Único do governo federal em situação de pobreza e extrema pobreza. Os serviços da proteção social básica são executados pelos 11 CRAS, distribuídos entre os territórios com maior índice de vulnerabilidade do município.

Por fim, a pesquisa se direciona a contribuir para o enriquecimento e para a abertura de novas possibilidades na prática dos profissionais no âmbito do trabalho social com famílias, estando esta inserida numa política que está condicionada aos tensionamentos exercidos pela hegemonia do capital e pela crise política que se instaurou no Brasil na contemporaneidade.

Levando em consideração que é preciso lutar todos os dias para consolidar nossos direitos, o encontro da Política de Assistência Social com a Educação popular aponta para perspectivas que buscam fortalecer os usuários e todos que a compõem na luta constante pela cidadania e por um verdadeiro Estado democrático de direito.

³ Quanto aos níveis de pobreza, no ano 2010, em termos proporcionais, 7,0% da população encontrava-se na extrema pobreza, com incidência maior na área rural (13,2% da população na extrema pobreza residia na área rural e 7,0% na área urbana).

4 JUSTIFICATIVA

Justifico minha escolha por essa temática, primeiramente pela necessidade da discussão sobre Educação popular na Política de Assistência Social, levando em consideração que este é um tema relevante, todavia, ainda pouco discutido nesse âmbito. Em segundo lugar, em virtude da aproximação com o objeto por ocasião de minha primeira atuação profissional, como assistente social na Proteção Social Básica do município de Maracanaú.

Durante o período de trabalho, tive a oportunidade de participar de um curso de capacitação ofertado pelo setor de gestão do trabalho da Secretaria de Assistência Social e Cidadania do referido município. O curso tinha como objetivo capacitar os profissionais do SUAS para a aplicação dos princípios filosóficos de Paulo Freire e da metodologia proposta por ele, abordada como Educação popular. O mesmo foi composto por três fases: o trabalho teórico, a aplicação e a avaliação.

Até então, eu não dispunha de conhecimento a respeito da temática, apenas sabia que Paulo Freire tinha sido um importante educador, porém não tinha entendimento da sua valiosa contribuição para fomentar uma nova perspectiva de educação no país. Durante o período do curso, foi possível discutir os diversos conteúdos relacionados à Política de Assistência Social e o trabalho desenvolvido no SUAS do município de Maracanaú. Mas, para além disso, fomos interpelados a vivenciar o método de Paulo Freire na prática, na vivência dos círculos de cultura, em que os saberes diversos foram valorizados e consubstanciaram um importante debate acerca das possibilidades de implementação do trabalho, realizado na política de Assistência Social no Município, a partir do conhecimento compartilhado.

Após a abordagem teórica fomos incumbidos a disseminar o aprendizado, realizando a aplicação do método freiriano no trabalho com os grupos de famílias atendidas em cada CRAS. Embora, de acordo com a PNAS a proteção social básica tenha como objetivos: a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a realização desse trabalho no cotidiano requer aprimoramento contínuo e incorporação de novas metodologias, considerando que a realidade do público atendido é dinâmica e complexa.

Ao vivenciar esse momento, como aplicadora dessa metodologia, tive a real dimensão das possibilidades e contribuições que poderiam ser desenvolvidas a partir de sua prática. Então busco a partir desse estudo, me aprofundar nessa temática no intuito de ampliar meus conhecimentos sobre a mesma, bem como fomentar uma reflexão no tocante a importância da incorporação de novas metodologias na prática profissional que possibilitem aprimoramento, mas que também nos conduzam ao desenvolvimento de novas potencialidades no horizonte da melhoria dos serviços ofertados no âmbito da Política de Assistência Social.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa terá abordagem qualitativa, que de acordo com Prodanov e Freitas (2013, p.70) “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. A abordagem qualitativa permite uma análise de particularidades do fenômeno pesquisado, o qual nesta pesquisa está centrado no objetivo de identificar como a educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias no âmbito do SUAS a partir da experiência do município de Maracanaú, logo, é algo que exige algumas interpretações, o que não poderia ser visualizado somente por meio de estatísticas.

Visando um maior entendimento da temática abordada, bem como o enriquecimento das informações que serão coletadas, será acrescida uma pesquisa bibliográfica, que como aponta Severino (2007) se realiza a partir de pesquisas anteriores em documentos como artigos, livros e teses, isto é, esse procedimento coloca o pesquisador em contato com materiais já escritos sobre o assunto que ele irá pesquisar.

Para tanto, utilizarei autores que tratam sobre a temática da Política de Assistência Social no amparo em Mestriner (2001), Sposati (2003) e Barbosa (2016); Sobre Trabalho social com famílias, através de Miotto (2010), Guimarães e Almeida (2008) Teixeira (2009) e Madeira (2013); Sobre Educação popular utilizarei Gadotti (2012), Maciel (2011), Freire (1987) e (1996) e Brandão (1991).

A pesquisa documental que, de acordo com Gil (2008, p.51) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Irei me utilizar desse método porque será contemplada na pesquisa a Política de Assistência social, a qual é organizada por diversos documentos oficiais, como por exemplo a PNAS e os cadernos de Orientações Técnicas sobre o PAIF (Volume 1 e 2).

Na pesquisa de campo conceituada em Freitas e Prodanov (2013,p.54) como “[...] aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que queiramos comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”, será realizada em cinco CRAS do município de Maracanaú.

Por meio de observação participante, a qual segundo Minayo (2001,p.59) “se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”. Isso porque, o cotidiano de trabalho me permitirá essa inserção. Utilizarei também a técnica de entrevista semiestruturada com um roteiro de perguntas pré-fixadas pelo pesquisador, mas que permita ao pesquisado o acréscimo de informações se assim ele desejar, no intuito de obter respostas aos objetivos norteadores da pesquisa, os quais compreendem: Descrever o método de educação popular; analisar a Política de Assistência Social, com ênfase no trabalho social com famílias e identificar a partir da visão dos profissionais de Maracanaú como o método da educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias. A entrevista será concedida, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quanto ao perfil dos entrevistados, este será de técnicos de nível superior de cinco CRAS de Maracanaú, que compõem a equipe do PAIF e que participaram do curso de Educação Popular, logo podem ser assistentes sociais, psicólogos ou pedagogos, o que justifica o fato de que a discussão não estará restrita ao trabalho do/da assistente social. A quantidade de entrevistados pretendida é de dois profissionais por equipamento, em detrimento da quantidade de pessoas que participaram do curso e da logística de agendamento para as entrevistas, haja vista que a pesquisa não pode interferir no cotidiano de trabalho dos/das profissionais. Ademais, esses e essas profissionais executam o trabalho social com famílias nos equipamentos e utilizam a metodologia freireana no cotidiano, logo detém as respostas que poderão elucidar a indagação que originou a pesquisa.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

As primeiras iniciativas de assistência social eram provenientes de ações de caridade e filantropia realizadas pela Igreja Católica. Só a partir da década de 1930 o Estado, na figura do presidente Getúlio Vargas, começa a reconhecer que as benesses da Igreja não seriam suficientes para responder às necessidades da população. Estas necessidades eram advindas do processo de industrialização e de peculiaridades da realidade brasileira que confluem para a presença de um quadro de desigualdade social histórico.

Entretanto, as primeiras intervenções do Estado eram direcionadas apenas para quem possuía emprego formal em setores específicos, conforme aponta Barbosa (2016, p.03): “Através da Constituição de 1937, os trabalhadores formais que naquela época encontravam-se, em geral, inseridos na indústria obtiveram uma atenção previdenciária”. Contudo, o restante da população que não possuía emprego formal e era classificada como pobre, dependia das ações de caridade e filantropia das instituições. Estas eram ações fragmentadas e objetivavam uma reforma social e moral da pobreza (BARBOSA,2016).

No ano de 1938 foi criado o CNSS (Conselho Nacional de Serviço Social), o qual se constituiu como a primeira regulamentação da assistência social. Esse órgão era integrado por pessoas ligadas à filantropia e tinha como objetivo a regulamentação e fomentação da assistência social na esfera pública, e a elaboração de um plano nacional de Serviço Social que envolvesse os setores públicos e privados (BARBOSA, 2016). Posteriormente em 1942, surge a LBA (Legião Brasileira de Assistência), a qual era financiada pelo Estado, mas possuía alianças com as instituições de benesse e filantropia.

Nesse contexto, é possível visualizar que o clientelismo, a benesse, o paternalismo e a política do favor sempre permaneceram enraizadas nas respostas que o Estado dava às demandas da população e ainda que, embora Vargas tenha desencadeado alguns protótipos de políticas sociais, seu governo não altera a estrutura de dominação social existentes na sociedade brasileira (MESTRINER, 2001). Nesse período a assistência social ainda se encontrava distante da perspectiva do direito.

No período ditatorial (1964 a 1985) os protótipos de políticas sociais que existiam para atender as classes subalternas, embora numa lógica de estado populista, deram lugar a um Estado autoritário e arbitrário que priorizava a acumulação ampliada do capital (MESTRINER,2001),mediante o empobrecimento e exploração das camadas populares. Levando em consideração que a política social se encontrava subordinada à política econômica e as reivindicações da população eram tolhidas pela repressão, todas as ações das instituições de assistência social nesse período estavam voltadas para o controle social e político (BARBOSA,2016).

O fim da ditadura desnuda um país com aumento significativo da pobreza e da desigualdade social e devido ao processo de redemocratização houve uma efervescência popular que impulsionou grandes movimentos, os quais exigiram do Estado políticas públicas que viessem a atender as demandas da população em meio às mazelas sociais agravadas pela ditadura. Assim como no período anterior ao início da intervenção do Estado no Governo Vargas, as ações assistenciais fragmentadas e seletistas, oriundas da filantropia não forneciam respostas efetivas às problemáticas existentes, face ao seu agravamento. Diante desse fator, se tornou latente a necessidade de tornar a assistência social uma política pública.

“O momento Constituinte acelera articulações e, em outubro de 1988, a Assistência Social é reconhecida como direito à seguridade social pelos artigos 203 e 204 da Constituição” (SPOSATI,2003, p.39), formando o tripé da Seguridade Social juntamente com a saúde e a previdência social. O referido marco legal concebe a Política de Assistência social como dever do Estado e direito para quem dela necessitar. Após esse grande passo para a institucionalização da política social em questão, em 1993 a criação da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) vem para materializar os princípios constitucionais e sistematizar os serviços ofertados de forma permanente. E é em meio a constantes lutas e debates para o fortalecimento da política, que em 2004 é criada a PNAS (Política Nacional de Assistência Social), com o intuito de consubstanciar as diretrizes da LOAS e implementar o SUAS (Sistema Único de Assistência Social), o qual passa a organizar a política em 2005.

Além desses elementos normativos, vale ressaltar também as Normas Operacionais Básicas (NOB-SUAS) criada em 2005, a NOB-RH/SUAS em 2006, a NOB-SUAS em 2012 e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais em 2009 (BARBOSA,2016). A partir dessa contextualização, visualiza-se que a Política de Assistência social está em constante confronto

na busca pela sua consolidação e, embora, após a Constituição de 1988 esta tenha alcançado status de política pública, os ditames do capital e do Estado neoliberal ameaçam sua efetivação e, na contemporaneidade, ameaçam a sua existência, já que estamos vivendo em tempos de retrocesso.

Diante dessa realidade, é importante compreender que a “assistência social é ato de direito e não ato de vontade ou liberdade. Como direito, a assistência social é obrigação para com a coletividade e ao indivíduo” (SPOSATI,2003, p.79). Desse modo, se faz necessário que haja luta pela defesa não só da Política de Assistência, mas do conjunto das políticas sociais e que a população seja mobilizada para disseminá-la.

A Política de Assistência Social tem um importante papel nessa mobilização a partir do trabalho socioeducativo que é desenvolvido em suas ações. E o incremento de estratégias que possibilitem isso, são de suma importância para que a cidadania e os direitos do povo não sejam expropriados. A Educação popular pode trazer contribuições nesse sentido e são essas contribuições que serão desveladas a partir da investigação desta presente pesquisa.

Para dar continuidade a discussão sobre a Política de Assistência Social, é fundamental a contextualização da mesma no cenário em que será realizada a pesquisa deste presente projeto, no tocante a sua estruturação e organização em Maracanaú, a partir de 2004, ano em

[...] que se produziram as bases jurídicas e políticas que impulsionaram a reorganização da política de assistência social centrada no modelo de um sistema nacional, descentralizado e participativo, fundado no pacto federativo republicano, vigente em todo o país e situado no campo do direito de cidadania. (CASTRO,2020, p.197).

Sendo um município situado na região Metropolitana de Fortaleza, precisamente em sua área periférica no lado sul, distante apenas 22 km da capital, com densidade populacional de aproximadamente 1,96 hab./km², e população em 2018, estimada em 226.128 pessoas, Maracanaú abrange peculiaridades que justificam a necessidade da estruturação de uma política de Assistência capaz de atender as demandas de vulnerabilidade da população. População essa, constituída por moradores de vários conjuntos habitacionais construídos nos anos 1970, por três aldeias indígenas dos povos Pitaguary, pela Colônia Antônio Justa (antigo leprosário), e ainda pelo “primeiro e o maior Distrito Industrial do Ceará (75 indústrias)” (CASTRO,2020, p.194).

São vários territórios que ilustram a mescla cultural, econômica e social e as problemáticas oriundas de uma realidade que se manifesta sob a forma de exploração do trabalho infantil, fome, discriminação étnico-racial, sexual e social, abandono de crianças, adolescentes e idosos, pessoas em situação de rua e violência doméstica (CASTRO,2020). Posto isso, a autora aponta:

Em 2005, com uma população estimada em 193.879 residentes, Maracanaú era detentor do segundo maior produto interno bruto (PIB) per capita do Ceará, mas o cenário local era de acentuada pobreza e profundas desigualdades: o índice de Gini era de 0,49; a renda per capita, de 261,47; 13,62% da população vivia em extrema pobreza e 40,61%, em condição de pobreza (2020, p.197).

Portanto, a caridade e a filantropia não eram suficientes para minorar demandas tão complexas, isso porque o município tinha o predomínio do assistencialismo, fundado na herança cultural do clientelismo e nas práticas já citadas, o que dificultava uma mudança no deslocamento da assistência do âmbito privado da benemerência para o âmbito de uma política pública de direito.

Até o ano de 2004 a gestão da política de assistência social no município era tarefa da gestão da política de saúde, e a operacionalização de suas ações programáticas, sob a responsabilidade da ação social, desempenhada por uma entidade civil sem fins lucrativos chamada de Movimento de Promoção Social (MPS), presidida pela primeira-dama, que atuava através de repasses de recursos públicos designados para esse setor (CASTRO, 2020).

Desse modo, Maracanaú passou por diversos desafios até estruturar a Política de Assistência Social como uma política pública, “com prestações e provisões públicas bem-definidas, financiamento público das três esferas de governo, sistemas de informação e avaliação delineados e efetivo controle social democrático” (CASTRO,2020, p.192).

E diante desse cenário desafiador “foram necessárias mudanças institucionais, gerenciais e sociais”(CASTRO,2020,p.195), que propiciassem a criação de uma conjuntura que pudesse dar suporte ao patamar de política pública da assistência social, como direito de cidadania. Por conseguinte, a primeira providência a ser tomada foi a realização de uma reforma administrativa em janeiro de 2005, que instituiu a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC). A partir dessa reforma instituída pela Lei municipal n°986/2005, todas as funções, competências e atividades da política de Assistência social no município ficaram a

cargo da nova Secretaria, de acordo com o que está previsto na PNAS e na NOB/Suas e foi dada:

[...]autonomia á titular do órgão para gerir o fundo Municipal de Assistência Social, formular políticas, planejar, implementar, monitorar, avaliar e garantir o controle social democrático sobre as prestações e provisões próprias da Assistência social (CASTRO,2020).

O antigo MPS foi extinto e os bens que a entidade tinha foram reincorporados ao patrimônio público, haja vista que eram oriundos de transferências de recursos do orçamento público (CASTRO,2020). Posteriormente, foram criadas estratégias voltadas para sensibilizar a equipe quanto às mudanças conceituais e de gestão, buscando o apoio dos trabalhadores;para tornar horizontal o trabalho da Política de Assistência com as outras políticas setoriais, de modo a deixar claro sobre as competências dessa política dentro das mudanças institucionais e por último, para a abertura de um diálogo com a sociedade civil sobre o caráter público da Assistência Social, a democratização dos processos decisórios, bem como da institucionalização da mesma.

Foram convocados 32 servidores aprovados em concurso público realizado em 2003 de nível médio e superior, dando maior qualidade e engajamento da equipe no trabalho desempenhado. Para dar suporte ao trabalho da mesma, bem como organizar os serviços, programas, projetos e benefícios, foi elaborado um diagnóstico socioterritorial. A construção desse instrumento aproximou a equipe da realidade a ser trabalhada, pois revelou que 42 mil famílias viviam na linha da pobreza e destas, apenas 28 mil recebiam bolsa família (CASTRO,2020).

Nesse contexto, a rede socioassistencial foi sendo instituída com base nas necessidades de cada território, conhecidas a partir do diagnóstico. Sendo assim, foram criados 10 CRAS (Centro de Referência da Assistência Social),1 CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social, 1 Centro POP (equipamento que atende a população em situação de rua), 1 Banco de alimentos e 5 cozinhas comunitárias, reunindo 26 equipamentos públicos para atender a população vulnerável.

Para acompanhar o crescimento da rede foram inseridos mais servidores, chegando em 2012 com um quadro de 417 profissionais, sendo 40% de servidores efetivos. Foram criados espaços de participação popular em cada território, bem como espaços de diálogo

permanente com os trabalhadores que resultou na criação da Mesa permanente de Gestão do Trabalho do SUAS, além de uma adequação das normativas e legislações municipais, corroborando para a criação da Lei Municipal do SUAS, no intuito de alinhar a política com o novo sistema. O orçamento da proteção social cresceu de R\$ 1,9 milhão em 2005, para R\$ 22,1 milhões em 2012 com recursos oriundos das três esferas de governo (CASTRO,2020).

Portanto, vê-se no processo de implementação da Política de Assistência de Maracanaú, um aspecto de gestão democrática em que a construção da política deve partir da realidade da população e que a mesma deve estar em constante aprimoramento. Foi nessa perspectiva, que a Educação Popular foi introduzida na política do município, por meio de um curso de capacitação com os trabalhadores, como uma aposta no desenvolvimento de uma nova metodologia que pudesse colaborar com os objetivos da Política de Assistência Social.

Com base na realização desses objetivos que o trabalho social com famílias é compreendido como o principal serviço da Política em questão. Posto isso, é necessário entender como a família vem sendo interpretada e qual o lugar que ela ocupa nas políticas sociais, sobretudo na Política de Assistência, por meio de um resgate histórico.

No que concerne a forma como a família era visualizada no seio da sociedade brasileira em 1930, Almeida e Guimarães afirmam que esta era vista “como mera reprodutora da ordem burguesa, ou seja, como celeiro da mão de obra produtiva” (2008, p.27). O Serviço social, pelo fato de ser uma profissão que trabalhava diretamente com a família, tratou deste tema de acordo com o processo evolutivo da profissão.

Partindo disso, nas protoformas da profissão a família era considerada como alvo de ações da caridade da igreja católica, em outro momento era tratada a partir de uma perspectiva psicologizante, que a culpabilizava pelos problemas sociais e promovia um ajustamento dos seus indivíduos à realidade e por último após o incremento da teoria marxista, o Serviço Social passou a instituir uma nova forma de trabalhar e pensar a família (MIOTO, 2010).

No período citado, as demandas trazidas pelas famílias passaram a ser entendidas como problemas decorrentes da relação de exploração entre capital e trabalho e não mais como problemas individuais. Mediante a essa mudança, “a categoria dos direitos e da cidadania passa a mediar o encaminhamento das ações profissionais” (MIOTO,2010, p.165).

Nesse contexto, e apreendendo as mudanças constantes decorrentes da crise no mundo do trabalho, a família, sobretudo as mais pobres, apresentam vulnerabilidades que impulsionam os estudos sobre exclusão social e as formas de intervenção para amenizá-la. Com isso, essa temática, bem como o trabalho social com famílias ganha maior visibilidade e aprofundamento nos estudos de metodologias para a sua realização. Entretanto, apesar do incremento da teoria marxiana ter promovido uma mudança no entendimento sobre família e suas problemáticas, somente a partir dos anos 2000 é que o tema vai ganhar maior ênfase no debate profissional, no intuito de buscar estratégias de intervenção que fomentem respostas para as demandas trazidas pelas mesmas. Assim:

[...] em 2003 é lançado o Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PNAIF, transformado pela portaria nº 78, de 08 de abril de 2004, em Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, cujos objetivos além de superar as abordagens fragmentadas e individualizadas dos programas tradicionais, inclui a garantia da convivência familiar e comunitária aos membros da família. (TEIXEIRA, 2009, p.6)

Posteriormente, em 2005 com a NOB/SUAS a matricialidade sociofamiliar e a territorialização⁴ são definidas como um dos eixos estruturantes da gestão do SUAS. A partir dessa definição a família e seus membros adquiriram prioridade na política de Assistência social, a partir do seu território de vivência (TEIXEIRA,2009). Segundo afirma Madeira (2013,p.8), “ O novo desenho da Política de Assistência Social busca romper com a tradição de atendimentos: pontuais, dispersos, descontínuos e fragmentados, voltados para situações limites extremas”.Assim, a concepção de família na referida política passa a ser compreendida nos termos de Miotto, Campos, Lima, (2004 apud MIOTTO,2010) como:

[...] não é apenas uma construção privada, mas também pública e tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos. E, nesse contexto, pode-se dizer que a família que cobre as insuficiências das políticas públicas, ou seja, longe de ser um refúgio num mundo sem coração, é atravessada pela questão social.

A partir dessa compreensão Almeida e Guimarães afirmam que “é preciso ser crítico realista e cuidadoso na elaboração de políticas e programas sociais, tendo sempre presente a necessidade de desenvolver mecanismos que considerem a real situação das famílias que se quer trabalhar” (2008, p.128).

⁴ Na matricialidade sociofamiliar a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, entendida como núcleo afetivo que supera os laços consaguíneos;O princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos que levam o indivíduo e a família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

A Política de Assistência Social, parte dessa concepção de família abordada por Miotto e apreende o que é colocado por Almeida e Guimarães, bem como o que abordam Madeira e Teixeira. Isso porque, busca o entendimento em comum entre todos os seus trabalhadores de que a realidade de cada família atendida, está inserida dentro de um contexto social que determina suas vulnerabilidades.

Contudo, a forma como a família é incorporada nesta política social enquanto o sujeito de sua ação, está envolta pelo tensionamento de duas propostas que diferenciam o modo como a proteção social é ofertada e o papel da instituição familiar nesse contexto. A proposta protetiva traz a concepção de que a “proteção se efetiva através da garantia de direitos sociais universais, pois somente através deles é possível consolidar a cidadania”(MIOTTO,2010,p.170-171)). Em contraposição, a proposta familista compreende que a política pública, deve ser compensatória e temporária, ofertada mediante a falência das famílias, colocando sob a responsabilidade de cada uma o provimento do seu bem-estar social, dessa forma isentando o Estado (MIOTTO,2010). Por isso, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias de intervenção que tentem atender essas famílias em suas especificidades, objetivando a consolidação da cidadania e dos direitos sociais.

Vale salientar que, embora dois dos quatro artigos utilizados atrelem o trabalho social com famílias à profissão do/da assistente social, atualmente na Política de Assistência, esse trabalho é executado por uma equipe multidisciplinar formada por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos que devem realizá-lo de acordo com alguns direcionamentos.

Segundo aponta Madeira:

O Trabalho social com famílias deve assumir uma dimensão multidimensional e relacional, implica simultaneidade de ações junto ao público alvo. Exige sinergia e ações em redes com vários sujeitos, organizações e grupos de interesse implicados na ação (2013, p.10).

No amparo dessa compreensão, visualiza-se que o trabalho social com famílias possui orientações a serem seguidas e este não pode ser feito de forma pragmática ou aleatória, pois deve conduzir os participantes ao desenvolvimento da autonomia e de transformação da realidade familiar e social (ALMEIDA e GUIMARÃES,2008). Desse modo, existem percursos para o desenvolvimento do mesmo:

[...]inicia-se pela recepção dos membros presentes e apresentação da proposta de trabalho;um ou mais membros de uma mesma família que compareçam à reunião tornam-se representantes de seu universo familiar;essas pessoas constituirão grupos de no máximo quinze famílias, que se reunirão, semanal ou quinzenalmente, em espaço acolhedor e propício às discussões, sempre em mesmo local e horário, tendo objetivos comuns e mediante um contrato preciso e pactuado entre coordenadores e famílias (ALMEIDA e GUIMARÃES,2008,p.132).

Além disso, existem, conforme indica Miotto (2010), outros processos envolvidos no trabalho social com famílias no âmbito da gestão e da intencionalidade do mesmo, os quais compreendem os processos político-organizativos, processos de gestão e planejamento e processos sócio-assistenciais. Esses três processos articulados buscam mobilizar as famílias para se organizarem politicamente e lutarem por seus direitos, organizar as ações para que o foco do trabalho seja o atendimento das necessidades das famílias e direcionar o trabalho dos profissionais com as famílias para que estas sejam compreendidas como sujeitos de direitos.

A partir das orientações elencadas nos artigos para a condução do trabalho social com famílias, é possível refletir sobre a forma como a Política de Assistência social de Maracanaú concebe e atua para que a instituição família tenha centralidade nos serviços ofertados. Nesse contexto, a Educação popular pode significar a partir de suas contribuições como um elemento que segue as indicações apontadas pela autora, já que possui em sua prática ações que se assemelham ao que foi citado.

Logo, além de buscar ampliar as metodologias no trabalho social com famílias no âmbito da Política de Assistência, essa metodologia engloba perspectivas de melhorias nos serviços, tendo em vista que os objetivos a que se propõe se assemelham ao que a Política de Assistência social preconiza e ao que está posto nas abordagens das autoras que estão embasando a discussão. Porém, essa hipótese só será verificada a partir da investigação que será objeto dessa pesquisa, a qual será de identificar como a Educação popular pode contribuir no trabalho social com famílias no âmbito do SUAS a partir da experiência do município de Maracanaú.

Por se tratar de uma discussão nova na Política de Assistência Social, a temática da Educação popular necessita primeiramente ser compreendida quanto às suas vertentes ideológicas e o que é pretendido a partir de sua prática. No que se refere à sua historicidade, esta “chegou a América Latina por meio de intelectuais orgânicos ligados ao anarquismo” (GADOTTI e TORRES,1994 apud GADOTTI,2012, p.21). Porém, só após a retomada da

democracia com o fim da ditadura, ela se reproduz nas ONG'S e com Paulo Freire em São Paulo, na Escola Pública popular, enfrenta uma crise nos anos 1980 e 1990. Contudo, a Educação popular se difundiu em diversos movimentos sociais e lutas políticas, o que a enriqueceu.

Conforme aponta Gadotti (2012) a Educação popular, assim como a educação social e comunitária são pedagogias críticas, que explicitam o teor político da educação ao se situarem no campo democrático e popular e, diferente de outras práticas educacionais consideradas formais que se tornam domesticadoras e se escondem por trás de uma falsa neutralidade, estas não são neutras e declaram seus princípios e valores.

Mas para além disso, a riqueza dessas práticas educacionais vem da diversidade das experiências e teorias que elas reúnem e do que elas têm em comum que, para Gadotti (2012,p.11) é “o compromisso ético político com a transformação da sociedade, desde uma posição crítica, social e comunitária”. Desse modo, e articulando com os serviços da Política de Assistência social do município de Maracanaú, a qual será analisada nesta pesquisa, é possível visualizar que esta tem objetivos semelhantes aos das práticas citadas e busca se aprofundar e agregar às suas ações metodologias como a Educação popular, no intuito de concretizar esses objetivos.

Nesse cenário, os profissionais que executam essas práticas dentro da Política de Assistência social em Maracanaú se tornam educadores populares e de acordo com Gadotti (2012), o educador popular deve conhecer a realidade em que atua, com os pés no chão, mas buscando transformá-la, no intuito de construir um mundo justo para todos. Para ele, o trabalho desenvolvido pela Educação Popular necessita de equipes compostas por profissionais de diversas áreas e níveis de formação.

Assim, o âmbito da Política de Assistência Social torna-se terreno fértil para essa prática, haja vista que as equipes de técnicos que trabalham na proteção social básica são compostas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, além dos/das demais profissionais de nível médio. Conseqüentemente, áreas de conhecimentos diferentes possuem olhares distintos sobre a realidade e já que na Educação popular todo conhecimento é valorizado, o trabalho partindo dessa perspectiva, tende a ser mais rico.

Contudo, embora a Educação popular nos aponte para perspectivas positivas com relação ao que impulsiona a partir de seu trabalho socioeducativo, ela ainda é considerada como informal, quando comparada às práticas pedagógicas com as quais estamos familiarizados. Gadotti (2012) explica essa diferença abordando que a educação formal é a advinda das escolas e universidades, que possui uma diretriz centralizada, estruturas hierárquicas e burocráticas fiscalizadas pelo Ministério da Educação. Por outro lado, a educação não-formal não segue padrões e está ancorada na aprendizagem política dos direitos dos indivíduos, adotando metodologias grupais. Portanto, de acordo com Freire e Faundez:

[...] a educação em geral é uma educação de respostas, em lugar de ser uma educação de perguntas. Uma educação de perguntas é a única educação criativa e apta a estimular a capacidade humana de assombrar-se, de responder ao seu assombro e resolver seus verdadeiros problemas essenciais, existenciais. E o próprio conhecimento (1985, p.27).

Diante de uma conjuntura contemporânea dominada pelo neoliberalismo, práticas ligadas ao esclarecimento dos indivíduos, bem como a sua organização política vem sendo duramente rejeitadas, Maciel (2011, p.328) traz uma importante reflexão à respeito de como a educação como um todo, vem sendo tratada na atual conjuntura de ideologia neoliberal, a qual “ [...] tem sido vista, pelo viés da economia, como formação do capital humano. Segue-se um modelo de formação, de sujeitos produtivos para o mercado, que se torna hegemônico, constituído pelas competências necessárias e empregabilidade”.

Diante disso, evidencia-se o motivo pelo qual a Educação popular não ganha relevância em nossas práticas pedagógicas e é considerada como informal. Por trabalhar, sobretudo, com as camadas populares valorizando a realidade de cada sujeito e fomentando o pensamento crítico destes, a educação popular se torna oposta a ideologia neoliberal (MACIEL,2011). Não é de interesse do sistema uma educação que instrua os indivíduos a questionar o que está posto.

Assim sendo, para Paulo Freire os excluídos da sociedade detêm um saber que não é valorizado e por isso destaca a necessidade de que seja construída uma educação a partir do conhecimento do povo, para que o oprimido se conscientize da opressão para questioná-la e sair dessa condição (MACIEL,2011). Foi sobre esse viés que Paulo Freire se debruçou para construir uma teoria pedagógica libertadora que se constitui na Educação popular. Conforme aponta Maciel, esta pedagogia apresenta três concepções:

A 1ª está ligada a educação direcionada à alfabetização de jovens e adultos no espaço escolar; a 2ª concepção reserva à educação popular o caráter transformador, acontecendo fora do espaço escolar; e a 3ª concepção é mais recente, compreende-a como uma educação política da classe trabalhadora, numa perspectiva tanto de emancipação como de conformação do status quo, sendo a escola e a sociedade espaços legítimos de educação popular (2011, p.330).

Entretanto, para consubstanciar a discussão desse trabalho acadêmico, serão abordadas apenas as duas últimas concepções, haja vista que o trabalho desenvolvido pela Política de Assistência Social está pautado na perspectiva de emancipação e desenvolvimento do indivíduo, o que se articula ao significado das duas últimas concepções

Desse modo, os espaços onde essa prática está sendo disseminada em Maracanaú estão situados junto da comunidade como um ato político e de construção da cidadania, o que extrapola os muros das instituições escolares consideradas formais. Esse fato explicita que a Educação popular é democrática e pode ser aplicada em diversos espaços e em diferentes realidades, pois não se restringe ao ensino da leitura e escrita, mas faz com que o indivíduo reflita sobre o seu papel na sociedade e na sua própria história.

Nesse âmbito, o pensamento de Paulo Freire na trajetória de sua pedagogia libertadora trazido por Maciel, ilustra a intencionalidade do SUAS em Maracanaú ao introduzir a mesma no trabalho desempenhado. Isso porque:

Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança.(MACIEL,2011,p.337)

Toda a metodologia contida na Educação popular foi construída a partir de experiências concretas de Paulo Freire com as camadas populares, a partir da elaboração de uma teoria que pudesse ser compreendida por elas, baseada no diálogo e na proposta de “uma nova relação social em que haja igualdade entre homens e mulheres projetando um bem comum” (MACIEL,2011,p.338).

Portanto, pode embasar o trabalho educativo da Política de Assistência Social, podendo vir a se tornar um importante instrumento de organização política dos indivíduos em situação de vulnerabilidades, atendidos no âmbito da proteção social básica em Maracanaú, os tornando participativos e conscientes dos seus direitos.

O grande diferencial da Educação popular é que ela não se resume à transmissão de conhecimentos, mas gera possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE,1996). Trata-se de um ato político, portanto “é um paradigma teórico nascido no calor das lutas populares que passou por vários momentos epistemológicos e organizativos, visando não só a construção de saberes, mas também o fortalecimento das organizações populares” (GADOTTI,2012, p.22).

Logo, essa prática educativa pode se tornar uma importante metodologia a ser incorporada ao SUAS para a melhoria de seus serviços, uma vez que estes trabalham com sujeitos de direitos e perseguem uma perspectiva emancipatória e de construção da autonomia dos mesmos, sendo essa autonomia entendida como um processo, um vir a ser, impulsionado por uma pedagogia centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade (FREIRE,1996).

Ao tratar sobre o método em si, Brandão (1991) afirma que “Um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação que deve ser um ato coletivo, solidário-um ato de amor, dá pra pensar sem susto-, não pode ser imposta” (p.10). A partir dessa colocação, entende-se que na realidade do trabalho social com famílias realizado no âmbito da Política de Assistência, os usuários não devem ser tratados como depósitos de informações e os profissionais como os detentores do conhecimento a ser depositado, a exemplo do que ocorre na educação bancária.

Mas “como posso dialogar, se alieno a ignorância, isto é, se a vejo sempre no outro, nunca em mim?” (FREIRE,1987, p.46). Para Paulo Freire, não existe alguém que sabe tudo que irá depositar conhecimento em alguém que não sabe nada. O saber deve ser baseado numa troca de experiências em que cada ser humano possui o conhecimento sobre algo a ser compartilhado. No cotidiano do trabalho com grupos, os usuários trazem experiências ricas que interpelam os profissionais a pensarem em formas de trabalho que busquem a valorização dessas experiências, no intuito de enriquecer o debate e atrair os usuários a pensarem criticamente sobre as suas vivências situadas na totalidade.

Para descrever o método, é preciso iniciar com a primeira fase a ser realizada: o levantamento do universo vocabular, como bem descreve Freire (1987, p.49):

Dá que, para esta concepção como prática da liberdade, a sua dialogicidade comece, não quando o educador-educando se encontra com os educandos-educadores em uma situação pedagógica, mas antes, quando aquele se pergunta em torno do que vai dialogar com estes. Esta inquietação em torno do conteúdo do diálogo é a inquietação em torno do conteúdo programático da educação.

Essa fase consiste em descobrir o universo de falas, pertencentes a cultura do povo com o qual o método será trabalhado, que no cotidiano de trabalho da política de Assistência pode ser feito através dos atendimentos com as famílias ou na própria interação com os grupos em que o usuário e o profissional são parte do mesmo processo (BRANDÃO,1991). O processo segue com a seleção de palavras geradoras, a partir do que foi levantado na primeira fase. As palavras selecionadas devem ser aquelas que fazem sentido na vida dos usuários, algo que ele vivencia.

Tendo em vista que o trabalho social com famílias não tem o intuito de alfabetizar, como na experiência original de Paulo Freire, podemos adaptar os seus pressupostos na realidade de trabalho, já que a Educação popular não impõe regras e não é algo acabado, é conhecimento que vai sendo construído a cada experiência vivenciada conforme aponta Brandão (1991, p.40):

[...]nada precisa ser rígido no método. Ele não se impõe sobre a realidade, sobre cada caso. Ele serve a cada situação. O mesmo trabalho coletivo de construir o método, a cada vez, deve ser também o trabalho de ajustar, inovar e criar a partir dele.

Partindo dessa perspectiva, as palavras geradoras devem ser utilizadas para fomentar o debate no círculo de cultura criando um tema gerador, de modo que o animador (facilitador) “deve criar situações em que com a sua ajuda, o grupo faça o trabalho de pensar, de refletir coletivamente. Por isso ele não guia, mas favorece, orienta” (BRANDÃO, 1991, p.29). Dessa forma, é estimulado uma troca de experiências em que os usuários são despertados a tomar consciência sobre o que, muitas vezes, passa despercebido por ser parte da rotina de cada um.

Por isso que para Paulo Freire a Educação popular se faz no diálogo, na troca, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão” (FREIRE, 1987.p.46)

7 REFERÊNCIAS

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/Suas**. Brasília, 2005.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - Brasília, 2004. Disponível em: <<http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/assistencia-social/publicacoes-assistencia-social/>> Acesso em: 28/11/2019.

_____. **Tipificação dos Serviços Socioassistenciais**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social - Brasília, 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/Plone/central-de-conteudo/assistencia-social/publicacoes-assistencia-social/>> Acesso em: 29/11/2019.

ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes; GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira. **Reflexões sobre o trabalho social com famílias**. Seminário Famílias: Laços, redes e políticas públicas. São Paulo, Volume, n. 5, p. 127-135, 2008.

BARBOSA, Amanda Cardoso. **Reflexões sobre a política de assistência social brasileira: assistencialismo, política social e cidadania**. 4º simpósio mineiro de assistentes sociais, Minas Gerais, p. 1-13, 2016. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/>> Acesso em: 29/11/2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 38. ed. [S.I]; Brasiliense, 1991, p. 1-111

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 28/11/2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 1**. 1 ed. Brasília: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2**. 1 ed. Brasília: MDS, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/> Acesso em: 12 de jan.2021.

CASTRO, Ieda. **Gestão local do Sistema Único de Assistência Social e o enfrentamento às desigualdades sociais em Maracanaú-Ceará**. IN: MELO, Janine et.al. **Implementação de políticas e atuação de gestores públicos : experiências recentes das políticas de redução das desigualdades** – Brasília: Ipea, 2020.270 p.

CIDADANIA, S. D. A. S. E; SOCIOASSISTENCIAL, G. D. S. Ú. D. A. S. E. V; **Diagnóstico socioterritorial Maracanaú-Ce**. Maracanaú: Prefeitura Municipal de Maracanaú, 2017. p. 1-2013.

FREIRE, Paulo, FAUNDEZ, Antônio. **Por uma pedagogia da pergunta**.4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.p.1-84

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**.25ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p.1-54

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**.17ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.p.1-84.

GADOTTI, Moacir. **Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Revista diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v. 18, n. 1, p. 10-32, dez./2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br>. Acesso em: 12 dez. 2019.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil.- 4.ed.-São Paulo: Atlas,2002.

IBGE. **Maracanaú, população e IDH**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Lei nº 8.742. **Lei Orgânica da Assistência Social**: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: DF, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm > Acesso em: 28/11/2019.

MACIEL, Karen de Fátima. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, dez./2011. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MADEIRA, Zelma. **Metodologia do trabalho social com famílias: um olhar das famílias em movimento**. Brasília, p.1-11,2013.

MESTRINER, Maria Luíza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez,2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIOTO, Regina Célia. **Família, trabalho com famílias e Serviço Social**. Serviço Social em Revista, v. 12, n. 2, p. 163-176, 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de; **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE, 2013, p.3-277.

SCHEFFER, Graziela. **Pedaços do tempo: Legado de Paulo Freire no Serviço Social. Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 292-311, dez./2005. Disponível em:<http://www.revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 29 set. 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**/ Antônio Joaquim Severino-23.ed.rev.e atual.-São Paulo: Cortez,2007.

SPOSATI, Aldáza. **A menina Loas: um processo de construção da Assistência Social**.3ed.Brasília:Cortez,2003.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar**.Revista Políticas Públicas. São Luís, v.13, n.2,p.255-264,dez/2009.

VEJA. **Desigualdade social no Brasil aumenta pelo 17º trimestre seguido,diz FGV**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/desigualdade-social-no-pais-aumenta-pelo-17-trimestre-seguido-diz-fgv/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

WACQUANT, Loic. **Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente**. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dez./2012